

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E PRECONCEITO NO CONTEXTO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE

Eciône Félix de Lima ¹
Katia Jeanne Teixeira Dias ²
Yzynya Silva Rezende Machado ³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a interferência do preconceito linguístico no processo de ensino aprendizagem, como também os principais fatores que influenciam nas variações pertinentes ao idioma. Em relação aos pressupostos teóricos, o trabalho tomou como referencial, as discussões de BAGNO (2004), TARALLO (1994), MOLLICA (2008) entre outros autores que contribuíram para a construção de novos saberes. Como metodologia, adotou-se a pesquisa bibliográfica pautada em uma análise qualitativa dos principais conceitos, pertinentes ao objeto de estudo. Os resultados evidenciaram que a língua se constitui na interação, é um produto sociocultural, é instável e está sempre em um processo de (re) construção, como também faz-se necessário um ensino, de modo geral, que priorize e respeite as diferenças e variações linguísticas. Verificou-se também que a língua apresenta uma variedade linguística muito extensa e não é difícil aprendê-la. Além disso, a instituição de ensino tem a responsabilidade de ensinar essas variações, de modo que o aluno também consiga enxergar a importância da gramática para a aquisição dos seus conhecimentos sobre língua. Daí a relevância dos docentes conhecerem o contexto em estudo e da necessidade do aperfeiçoamento profissional, pois contribuiu para a transformação da prática educativa e para o processo de aprendizagem dos discentes. Também ficou evidenciado que o professor em sala de aula desempenha um papel relevante no processo de ensino da língua, como também enfrenta grandes desafios no que se refere a propiciar situações de aprendizagem de acordo com o contexto e espaço social no qual o alunado está inserido, considerando a relação entre a língua e a sociedade. Portanto, a função da escola é aproximar o aprendiz da língua de prestígio, mas também ensinar as variações linguísticas, de modo que o aluno consiga enxergar que faz parte do processo de evolução da linguística. Enfim, a linguagem é um fator social, um instrumento de comunicação.

Palavras-chave: Preconceito linguístico, Variação linguística, Âmbito escolar.

INTRODUÇÃO

a língua é viva, dinâmica, está em constante movimento — toda língua viva é uma língua em decomposição e em recomposição, em permanente transformação. (Bagno, 2015, p. 168)

¹Especialista pelo Curso Ensino de Língua Portuguesa e Matemática em uma Perspectiva Transdisciplinar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, ecionefelix02@email.com

² Especialista pelo Curso de Mídias e Tecnologias na Educação da Universidade Federal – UFRN. katiajeannedias@gmail.com

³ Mestre em Inovações em Tecnologias Educacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), yzynya@gmail.com.

Este artigo apresenta uma discussão sobre o preconceito linguístico, uma vez que o Brasil tem uma imensa pluralidade de variações em todos os níveis estruturais (fonologia, morfologia, sintaxe, léxico) e em seu uso social. No entanto, a sociolinguística nos ajuda a repensar as teorias sobre o lugar do discurso na construção e uso das práticas sociais.

Diante disso, o referido estudo tem como objetivo analisar a interferência do preconceito linguístico no processo de ensino aprendizagem, como também os principais fatores que influenciam nas variações pertinentes ao idioma. A pesquisa surgiu pela necessidade de aprofundar sobre a diversidade linguística do português brasileiro, suas adequações mediante o convívio do indivíduo no contexto social, como também desmistificar alguns mitos consagrados pela sociedade e que são alimentados diariamente em programas de televisão, livros e revistas que pretendem ensinar o que é “certo” e o que é “errado”, além da organização sociocultural da comunidade em relação a diferença entre fala e língua, possibilitando assim, o desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica dos principais fatores que influenciam nas variações não-padrão da linguagem.

Conforme Vieira e Brandão (2007, p. 17), “[...] não existe uma norma única, mas sim uma pluralidade de normas, normas distintas segundo os níveis sociolinguísticos e as circunstâncias da comunicação”. Nesse sentido, a diversidade linguística imprime uma condição especial à modalidade falada, porque a língua carrega as variações condicionadas por inúmeros fatores que, por sinal, são essencialmente mais sociais e culturais do que propriamente linguísticos, tais como: a faixa etária, o gênero, a situação socioeconômica, o grau de escolarização etc. (TARALLO, 1994).

Diante dessas variações linguísticas percebe-se a existência de um profundo preconceito na fala de determinadas classes sociais e também regionais, sendo muitas vezes consideradas “erradas” e “inferiores” linguisticamente. O fato é que, como a ciência linguística moderna já provou e comprovou, não existe nenhuma língua no mundo que seja “uma”, uniforme e homogênea. O monolinguismo é uma ficção. Toda e qualquer língua humana viva é, intrinsecamente e inevitavelmente, heterogênea em todos os seus níveis de uso social (variação regional, social, etária, estilística etc.) (BAGNO, 1999).

Nessa lógica do pensamento, pode-se dizer que as línguas são adequadas às necessidades e características da cultura a que servem e igualmente válidas como instrumentos de comunicação social, sendo inconcebível, portanto, uma língua ou variedade linguística não pode ser superior ou inferior a outra.

Também fica evidenciado que a ausência desse conhecimento provoca o preconceito linguístico e interfere no processo de aprendizagem da língua em situação de comunicação. A

esse respeito, Bagno (1999, p. 40) explicita que o preconceito linguístico se baseia na crença de que existe [...] uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”.

Diante desta afirmativa, entendemos que mesmo a pessoa não dominando a gramática normativa, porém tem um saber implícito da língua. De acordo Perini (1999) reforça que qualquer falante de português possui um conhecimento implícito altamente elaborado da língua, muito embora não seja capaz de explicitar esse conhecimento. E esse conhecimento não é fruto de instrução recebida na escola, mas foi adquirido de maneira tão natural e espontânea quanto a nossa habilidade de andar.

Não se pode deixar de explicitar que a instituição de ensino precisa valorizar a variante linguística do estudante e as intervenções devem ser feitas de maneiras que não cause constrangimento ao realizar as adequações acerca dos equívocos cometidos na linguagem escrita e na forma de falar.

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) reforça que deve trabalhar o eixo da Análise Linguística, pois “cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise.” (BRASIL, 2017, p.82).

No âmbito dessas discussões, convém citar que a variação geográfica precisa ser valorizada, pois as diferenças linguísticas observáveis entre falantes oriundos de regiões distintas de um mesmo país ou oriundos de diferentes países precisam ser respeitadas, uma vez que a comunicação transmite valores e possibilita descobertas e novos conhecimentos. Como afirma Bagno (2004), [...] a verdade é que no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta alto grau de diversidade e de variabilidade, não só por causa da grande extensão territorial do país – que gera diferenças regionais bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito -, mas principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com pior distribuição de renda em todo mundo.

Considerando a necessidade de inserção do sujeito em uma sociedade altamente complexa e pluralista, o contexto nos faz refletir também a respeito do compromisso da escola no sentido de ampliar as possibilidades do uso da linguagem em diferentes contextos de realização, visto que a escola é um espaço de socialização, mediado pela linguagem.

METODOLOGIA

Como metodologia, adotou-se a pesquisa bibliográfica. Segundo Fonseca (2002, p. 32), ela “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”. A pesquisa em questão permite que o pesquisador conheça as informações e amplie seus saberes no que se refere ao problema do qual se procura a resposta.

O referido estudo é pautado em uma abordagem qualitativa dos principais conceitos, pertinentes ao objeto de estudo. Além disso, buscou-se observações diárias, leitura de artigos na área bem como dos campos teóricos sobre o contexto, tentando com isso sistematizar as devidas reflexões para, então, chegar a uma conclusão dentro das delimitações propostas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciaram que a língua se constitui na interação, é um produto sociocultural, como também faz- se necessário um ensino, de modo geral, que priorize e respeite as diferenças e variações que ocorrem na língua. Além disso, constatou-se que a língua sofre modificações com o passar do tempo e que cada indivíduo possui seu jeito próprio para se comunicar.

Neste mesmo contexto, verificou-se também que os brasileiros sabem português sim, bem como a língua apresenta uma variedade linguística muito extensa e não é difícil aprendê-la, é preciso concentrar no português realmente falado no cotidiano; outro aspecto é de que as pessoas sem instrução falam tudo errado, é uma questão que não é linguística, mas social e política, as pessoas que falam “errado” pertencem a uma classe social desprestigiada, marginalizada, que não tem acesso à educação formal e aos bens culturais da elite, como também nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico e por fim, nenhuma variedade, nacional, regional ou local seja intrinsecamente melhor e /ou pior do que outra.

É preciso abandonar essa ânsia de tentar atribuir a um único local ou a uma única comunidade de falantes o “melhor” ou o “pior” português e passar a respeitar igualmente todas as variedades da língua, que constituem um tesouro precioso de nossa cultura. Todas elas têm

o seu valor, são veículos plenos e perfeitos de comunicação e de relação entre as pessoas que as falam. (BAGNO, 2004).

Face ao exposto, o processo de intervenção faz parte do ofício do professor, mas não podemos agir de forma inconsequente, tratando as variações como apenas um desvio da norma padrão, mas, pelo contrário, mostrando aos estudantes que eles podem falar de diversas maneiras, de acordo com a ocasião, estando conscientes que a norma padrão é exigida nos contextos formais, e que se faz necessária sua utilização principalmente nos usos da escrita.

Ademais, a instituição de ensino tem a responsabilidade de ensinar essas variações, de modo que o aluno também consiga enxergar a importância da gramática para a aquisição dos seus conhecimentos sobre língua. Daí a relevância dos docentes conhecerem o contexto em estudo e da necessidade do aperfeiçoamento profissional, uma vez que contribuiu para a transformação da prática educativa, bem como para o processo de aprendizagem dos discentes.

Nessa nova postura de reflexão, é indispensável que o professor procure, tanto quanto possível estar sempre a par dos avanços das ciências da linguagem e da educação: lendo literatura científica atualizada, assinando revistas especializadas, filiando-se a associações profissionais, frequentando cursos, aderindo a projetos de pesquisas, participando de congressos levantando suas dúvidas e inquietações em debates e mesas redondas. (BAGNO, 1999).

Conforme se pode constatar, a formação docente deve ser contínua, pois colabora para a mudança educacional e para a redefinição da prática na sala de aula. Portanto, ficou evidenciado que as contribuições internalizadas manifestam uma sabedoria e sensibilidade teórica no trato das questões do cotidiano didático pedagógico e de análises dos subsídios exigentes no âmbito escolar sobre a língua, uma vez que é concebida como atividade de interação e negociação entre sujeitos, tendo em vista que toda e qualquer forma de discriminação deve ser repelida, pois é fruto de uma herança histórica, econômica e cultural que, por sua vez, acabou estabelecendo como consequência na sociedade. Enfim, o preconceito linguístico é decorrência de um preconceito social, porém é fundamental que o contexto escolar desenvolva práticas que evitem e, até mesmo, eliminar atitudes discriminatórias concernentes às variações linguísticas e refletir o processo de ensino aprendizagem da língua sob um olhar mais democrático e menos preconceituoso.

Diante do exposto, fica evidenciado que o professor em sala de aula desempenha um papel relevante no processo de ensino da língua, como também enfrenta grandes desafios no que se refere a propiciar situações de aprendizagem de acordo com o contexto e espaço social no qual o alunado está inserido, considerando a relação entre a língua e a sociedade

CONSIDERAÇÕES FINAIS

as línguas podem ser difíceis para um estrangeiro, principalmente se for falante de uma língua de família muito diferente (português e tailandês, por exemplo), mas nunca para seus falantes nativos” (Bagno, 2015, p. 59)

O presente estudo teve como objetivo analisar a interferência do preconceito linguístico no processo de ensino aprendizagem, como também os principais fatores que influenciam nas variações pertinentes ao idioma. Desse modo, diante do contexto em estudo, foi possível compreender que “O preconceito linguístico fica bastante claro numa série de afirmações que já fazem parte da imagem (negativa) que o brasileiro tem de si mesmo e da língua falada por aqui”. (Bagno, 2015, p. 25). Além disso, está vinculado aos aspectos sociais, visto que por meio da fala do indivíduo, pode-se identificar características pessoais e socioculturais prototípicas, bem como, o grau de escolaridade, a profissão, a classe social, etnia e a região geográfica em que vive.

Em última análise, a língua é essencial para qualquer ser humano, uma vez que é o meio pelos quais os falantes se comunicam. Convém citar também que as variações apresentadas pelos indivíduos devem ser valorizadas, pois as diferenças linguísticas observáveis entre falantes oriundos de regiões distintas de um mesmo país ou oriundos de diferentes países precisam ser respeitadas, pois, a comunicação transmite valores e possibilita descobertas e novos conhecimentos.

Não custa lembrar que todas as línguas são adequadas às necessidades e características da cultura a que servem e igualmente válidas como instrumentos de comunicação social, sendo inconcebível, portanto, uma língua ou variedade linguística não pode ser superior ou inferior a outra.

Com o intuito de melhorar o modo de ensinar, “[...] cada professor de língua assuma uma posição de cientista e investigador, de produtor de seu próprio conhecimento linguístico teórico e prático, e abandone a velha atitude repetidora e reprodutora de uma doutrina gramatical contraditória e incoerente. Seguindo, fazendo a crítica ativa da nossa prática diária em sala de aula [...]” (Bagno, 1999 p.140). Dessa forma, reconhecemos que o conhecimento internalizado por meio do aperfeiçoamento docente tornará o processo de ensino aprendizagem dos aprendizes mais significativo, sobretudo, no que se refere à linguagem oral e escrita.

Dado o exposto, fica evidenciado que só com o trabalho efetivo com as variedades linguísticas, inclusive com a padrão, é que o estudante é capaz de conhecer e respeitar essas variedades, sabendo adequar o uso da linguagem aos diferentes contextos discursivos dos quais

está inserido. Enfim, a língua é um produto sociocultural, é instável e está sempre em um processo de (re) construção, como também faz- se necessário um ensino, de modo geral, que priorize e respeite as diferenças e variações linguísticas.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. São Paulo: **Loyola**, 1999-2004.

_____. Preconceito linguístico. 56 ed. São Paulo: **Parábola Editorial**, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular: educação é a base, ensino médio. Brasília: **MEC/SEF**, 2017.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: **UEC**, 2002.

PERINI, Mário A. Gramática descritiva do português. São Paulo: **Ática**, 1999.

TARALLO, Fernando. A pesquisa sociolinguística. São Paulo: **Ática**, 1994.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Ensino de gramática: descrição e uso. São Paulo: **Contexto**, 2007.